

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O PAPEL DA ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA: A AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS - PEDRAMAR, JACAREÍ /SP.

Fernanda Cordeiro de Araújo, Fabiana Felix do Amaral e Silva, Elizabete Mayumy Kobayashi.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, fernandacordeiro.cnm@gmail.com; fabiana.amaral@gmail.com; betekoba@univap.br

Resumo

O objetivo é analisar a importância da articulação comunitária como estratégia de resistência/sobrevivência frente às desigualdades e vulnerabilidades promovidas pela ação do capital, a fim de compreender como os territórios considerados periféricos, com pouco acesso aos seus direitos básicos, se fortalecem a partir de ações realizadas pelos sujeitos residentes nessas comunidades. Para tal propósito, utilizou-se como metodologia o estudo bibliográfico sobre o tema, bem como a apresentação do estudo de caso da comunidade do Jardim Pedramar, Jacareí/SP. A partir da pesquisa realizada, compreende-se que as políticas públicas são estruturadas de forma a não atingir propositalmente parcela considerável da população que necessita dessas políticas. Fazem-se necessários a análise e o levantamento de demandas para ampliar as políticas públicas, por meio da articulação comunitária, tensionando a ordem proposta e modelos que beneficiam apenas uma pequena parcela da população, os privilegiados, bem como cobrar do poder público a criação e ampliação dessas políticas.

Palavras-chave: Articulação comunitária. Periferia. Território. Políticas públicas.

Área do Conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Introdução

É indiscutível que no século XXI estejamos reivindicando os direitos básicos da população desfavorecida, uma disparidade do desenvolvimento. A falta de políticas públicas na maioria das comunidades marginalizadas é um problema que deve ser priorizado nas discussões do poder público. Essas comunidades, muitas vezes localizadas longe das centralidades urbanas, enfrentam vários desafios, por exemplo, o pouco acesso aos serviços, distanciamento dos espaços de educação, falta de infraestrutura adequada, transporte coletivo deficitário, entre outros, interferindo diretamente na qualidade de vida da população residente. A falta de investimentos é visível nos espaços periféricos, onde a especulação imobiliária não tem interesse. A busca para maior obtenção de lucros é responsável pelo “provimento de moradia em áreas de trama urbana rarefeita e sem oferta de equipamentos sociais para populações vulneráveis” o que “contribui para a concentração de desigualdades” (VIANNA et al., 2012, p. 13).

Segundo pesquisas, a ausência do poder público se dá também por meio do planejamento desigual; locais descentralizados passam a não ser prioridade para a gestão pública, permanecendo por anos sem nenhuma melhoria e desenvolvimento. Atualmente, cresceram as iniciativas por parte da população residente nesses espaços. A articulação comunitária, como ferramenta de organização e desenvolvimento, tem se destacado, por meio de atividades de educação, cultura, desenvolvimento da economia local e meio ambiente. Essas iniciativas, na maioria dos territórios excluídos, têm por objetivo uma organização a partir das demandas existentes nas comunidades, bem como suprir a falta do poder público. Com intuito de evidenciar as potencialidades existentes, tais comunidades provocam o poder público a tomar medidas cabíveis para as devidas formulações de políticas públicas. Um ponto a ser destacado são as ações realizadas de dentro para fora, pelos atores residentes neste território, promovendo o protagonismo e garantindo a participação e inclusão dos mesmos. O recorte desta pesquisa é a comunidade do Pedramar, localizada na cidade de Jacareí -SP.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Metodologia

Utilizou-se neste artigo a metodologia de estudo bibliográfico e o estudo de caso. O levantamento bibliográfico sobre os temas do planejamento urbano, da produção capitalista do espaço e das novas territorialidades serviram de referencial para a análise do estudo de caso da comunidade do bairro Pedra Mar, localizada na cidade de Jacareí -SP. Ao contrapor as bases teóricas com os dados da comunidade em foco, foi possível apresentar as análises e inferências sobre o tema.

Resultados

A comunidade do Pedramar está localizada na região oeste do município de Jacareí (a maior região do município, com maior número de bairros), no estado de São Paulo. Trata-se de um bairro construído inicialmente a partir da ocupação do espaço, porém, no início dos anos 90, inicia-se as marcações e venda dos terrenos voltados para a população de baixa renda, sem infraestrutura adequada. Por muito tempo, as pessoas residentes neste local, devido à exclusão e distanciamento da centralidade urbana, não se sentiam parte deste território. “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem” (HALBWACHS, 1990, p.133).

Com o passar dos anos e o pouco investimento em políticas públicas nas periferias, bem como a ausência de espaços públicos, a partir da articulação comunitária de um grupo de amigos, surge o Cultura no Morro: um espaço cultural de formação e informação, que atua por meio de palestras, oficinas e assessorias, com temas como educação popular, desenvolvimento sustentável, direito à cidade e preservação das culturas tradicionais e emergentes. Para Cardoso (2007, p. 14): “O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu”. A partir do reconhecimento de suas identidades e potencialidades – papel que o Cultura no Morro vem desenvolvendo ao longo dos últimos dez anos –, o cenário nos dias atuais vem se modificando. A partir deste reconhecimento e da valorização das pessoas, percebe-se o sentimento de pertencimento do território.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2004, p.03).

O aumento do comércio local foi significativo nos últimos anos, tendo sido criada em 2021 a rede de economia solidária e sendo uma das ações a união dos comerciantes ao realizarem compras em conjunto, para obtenção de descontos, entre outras articulações, com intuito de fortalecer o comércio.

A Rede de Economia Solidária Pedramar é um dos diversos projetos que o Cultura no Morro realiza. Ela tem o objetivo de integrar comerciantes, prestadores de serviços e consumidores, que juntos movimentam a economia local no Jardim Pedramar. Essa ideia surge a partir da necessidade de olhar o território, seu potencial de produção e consumo, para estreitar os laços entre os comerciantes e consumidores, gerando riqueza e redistribuição de renda na própria comunidade. (CULTURA NO MORRO, 2021).

A partir da pesquisa, percebe-se que a iniciativa, na maioria das vezes, parte do descontentamento da população em relação às lacunas existentes nas comunidades desterritorializadas. Podemos perceber outras ações no estado de São Paulo que, a partir da articulação comunitária, suprem a ausência de políticas públicas nas comunidades.

Na cidade de São Paulo, no bairro Vila Flávia, São Mateus – Zona Leste, no ano de 2008, um grupo de jovens moradores da periferia, descontentes com a precariedade da região, diante da falta de oportunidades tanto em educação, lazer e cultura, decidiram agir e criaram um espaço comunitário,

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

nomeado como Espaço São Mateus em Movimento. “Desde sua fundação, o São Mateus em Movimento também se caracteriza como uma rede de coletivos e agentes culturais, pois suas ações sempre foram pautadas pela colaboração e a complementaridade” (SÃO MATEUS EM MOVIMENTO, 2014).

A Central Única das Favelas (CUFA) há mais de 20 anos, promove atividades das mais variadas áreas, sendo elas na área da educação, lazer, esportes, cultura e cidadania. “A Cufa montou uma rede de solidariedade e distribuiu mais de 28 mil cestas básicas. A Central Única das Favelas (Cufa) tem movimentado uma legião de voluntários e doadores em prol de famílias em situação de vulnerabilidade durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)”. Uma importante parceria do IBGE em conjunto com o Instituto Data Favela e a Central Única das Favelas (Cufa) se deu pela ação “Favela no Mapa” (SILVA, 2023).

A articulação comunitária é uma forma de fortalecer a coesão do grupo no território. Entretanto, mobilizar as pessoas é um trabalho constante. Com a pandemia do COVID-19, ocorreu uma desconexão com esses lugares, pois a luta diária passou a ser em prol da sobrevivência, principalmente nas comunidades às quais estes não tiveram a opção de ficar dentro de suas residências, sendo a maioria parte da classe trabalhadora. Nos dias atuais, é um desafio para as comunidades se reestruturarem e engajar novos participantes. Por meio das leituras realizadas, percebe-se que as ações são ferramentas de transformação social no território; entretanto, se faz necessário que as políticas públicas sejam eficientes, tendo em vista que a presença do Estado, nos últimos tempos, foi por meio da repressão policial. Em 2021, 68,8% das pessoas mortas por policiais eram negras. Em 2020, o número de pessoas negras mortas por agentes policiais era de 63,5%, segundo a rede de Observatórios da Segurança.

Discussão

Segundo a pesquisa realizada pela Data Favela, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP), as comunidades paulistas somam 1,1 milhão de domicílios em 2023 – índice que representa um crescimento de 49% nos últimos dez anos.

A partir dos estudos, pode-se dizer que na inexistência das políticas públicas, a articulação comunitária tem o papel de fortalecer a voz da coletividade, buscar soluções em conjunto, propor alternativas, bem como cobrar o poder público a adotar medidas necessárias e cumprir com as leis que não estão sendo funcionais. Para isso, vimos que é primordial a presença e entendimento da própria comunidade, com intuito de fortalecer tais cobranças a fim da efetivação das políticas existentes, bem como o aumento de recursos destinados para esses territórios.

As ações propostas pela articulação comunitária são uma forma eficaz de suprir tal ausência, promovendo mudanças significativas na realidade vivenciada pelas pessoas residentes nas comunidades que não têm a presença do poder público. No entanto, não são com intuito de isentar o real papel do Estado.

Com a análise dos dados, percebe-se a ineficiência da estruturação dos serviços que estão estabelecidos e que são direitos da sociedade como um todo. São necessárias mudanças a partir da realidade atual, os direitos básicos previstos na Constituição Federal em seu Artigo 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

A articulação comunitária organizada resulta em benefícios que transformam a realidade social, melhorando a qualidade de vida, estimulando o entendimento dos direitos, bem como a busca de

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

conquistas e melhorias no dia a dia, contribuindo para a construção de uma sociedade com participação efetiva e democrática, onde as pessoas tenham espaço para se expressarem.

A presença do Estado, na maioria dos territórios marginalizados, ocorre de forma a garantir a ordem, por meio dos abusos de poder e repressões, e pela ausência de políticas eficazes, como área de lazer, entre outros direitos previstos.

E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados. Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 2007, p. 64).

Nos locais não regularizados, na maioria das vezes os governantes não têm interesse para tal feito principalmente em áreas mais agravadas, com riscos evidentes à população. Com o sistema vigente, sabe-se que para manter a ordem desigual e perversa é necessário manter a população nesses espaços sub-humanos, no entanto se fazem necessárias e urgentes, novas formulações de políticas públicas com a participação da população usuária dos serviços, como forma de eficiência na aplicação.

Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos. Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. E como se as pessoas nem lá estivessem (SANTOS, 2007, p. 59).

Conclusão

A articulação comunitária não é uma forma de substituir as políticas públicas, ou isentar o Estado, mas sim reivindicar os investimentos, com intuito de fortalecer o desenvolvimento nas comunidades desfavorecidas com recursos para a transformação de espaços e, conseqüentemente, de suas realidades. Se fazem necessários e urgentes espaços que a população seja participativa, propondo formas que fazem sentido a partir das vivências, por meio da arte, cultura, conhecimento e saberes locais, propondo um planejamento comunitário, envolvendo o maior número de pessoas residentes naquele espaço.

Ao analisar os dados, podemos dizer que o papel da articulação comunitária supre partes das lacunas existentes nas comunidades periféricas, estas que muitas vezes estão distantes da centralidade urbana, ou seja, excluídos de muitos serviços que estão distantes, sendo uma das dificuldades o seu acesso.

No modelo atual, em que a democracia só é efetivada no ato do voto, as políticas cada vez mais favorecem o enfraquecimento da mobilização e organização popular, sendo este o intuito para facilitar as tomadas de decisões e privilegiar apenas uma pequena parcela da população. Percebe-se que na cidade de Jacareí ocorreu uma replicação de academias ao ar livre (equipamentos de ginástica/musculação em praças), sem uma pesquisa prévia para ouvir e saber se naquele espaço seria uma necessidade daqueles munícipes. Nesse projeto específico, os equipamentos da

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

comunidade do Pedramar são utilizados para a função de exercícios físicos, mas também, devido à ausência de um parque de diversão, para as crianças brincarem.

Há necessidade de criação de políticas públicas, que engajem a população a ocupar os espaços da sociedade civil, para que esta possa estar presente nas discussões, com as informações necessárias a partir das demandas de cada território, respeitando as particularidades de cada um, pois cada território é único. Esses aspectos devem ser considerados na implantação das políticas, não basta somente replicar os modelos que deram certo em um determinado local.

Os espaços de participação oficial não são poucos, nos dias atuais, temos os conselhos municipais, participação em audiências públicas, portal da transparência, entre outros, que são canais para dialogar e participar das discussões e decisões. No entanto, nas comunidades periféricas, essa participação é mínima, pois muitas vezes não sobra tempo para tal atuação, devido ao dia a dia dedicado ao trabalho. O que é deficitária é a pouca divulgação e a falta de informações e capacitações que incentivem o senso crítico da população, entretanto, sabe-se que não é do interesse dos governantes a compreensão e criticidade, bem como a ocupação desses espaços democráticos.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série de Legislação Brasileira). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 28 maio 2023.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Repensando a Construção do Espaço**.

CENTRAL UNICA DAS FAVELAS. In: SILVA, Raissa. IBGE, Data Favela e Cufa fazem ação **"Favela no Mapa"** para coletar dados para o Censo: IBGE realiza em parceria com o Instituto Data Favela e a Central Única das Favelas (Cufa) a ação "Favela no Mapa". São Paulo, 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cufa.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 maio 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva e o Espaço**. São Paulo: Vértice, 1990.

SP Cultura: São Mateus em Movimento. In: MARINO, Aluizio. **Ponto de Cultura: São Mateus em Movimento**. São Paulo, 24 out. 2014. Disponível em: <https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/737/>. Acesso em: 28 maio 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. VIANNA, Paula Vilhena Carnevale et al. **Territórios de violência: análise socioespacial dos homicídios em São José dos Campos, SP, Brasil**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]. 2021, v. 13. Acesso em: 17 de junho de 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200031>.